**Resultado da pesquisa histórica do Dr. David Schriffl, Diretor de História Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Áustria, sobre o tema: Áustria, pioneirismo e o interesse da Europa Central na soberania brasileira, intitulado**

**“*Mais do que laços dinásticos – o papel e o interesse da Europa Central na independência do Brasil e no reconhecimento de 1825*”**

**Simpósio sobre o “Bicentenário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os países da Europa Central e o Brasil em 1825”**

**(Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), 4 de junho de 2025)**

Minhas senhoras e meus senhores,

É com grande satisfação que tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência por ocasião do aniversário bilateral do reconhecimento do Brasil pela Áustria, ocorrido há 200 anos, e do estabelecimento de relações diplomáticas entre as duas nações.

Todos nós conhecemos a amada filha do imperador austríaco Francisco - Dona Maria Leopoldina.

Muitos de vós devem também conhecer as expedições geográfico-científicas que se seguiram ao casamento intercontinental.

No entanto, esta relação é muito mais do que um casamento Habsburgo; tem a ver com política, comércio, cultura, influência global e planeamento geoestratégico.

Por conseguinte, tentarei esboçar um quadro mais amplo das interligações em vários domínios da política e da economia.

# 1. Como chegámos lá

Apesar da distância geográfica entre si, a Europa Central e o Brasil foram objeto de numerosos acontecimentos de importância global que tiveram um impacto profundo em ambas as regiões. O mundo contemporâneo sempre esteve mais interligado do que geralmente se pensa. A Revolução Francesa e as subsequentes Guerras Napoleónicas representaram uma ameaça significativa para os sistemas políticos de muitos países.

Nessa altura, tanto a Áustria como o Brasil - que na época ainda fazia parte de Portugal - sofreram perturbações significativas. É evidente que a Áustria prevaleceu como parte da aliança anti-napoleónica, tal como Portugal. No entanto, é fundamental notar uma distinção significativa entre os dois: O centro do reino tinha sido deslocado de Lisboa para o Rio. Esta deslocação do centro de gravidade teve ramificações políticas significativas, conduzindo, em última análise, à criação de uma nação.

O tempo disponível para este debate é limitado e, por conseguinte, não é possível fornecer uma visão global do caminho para a independência. No entanto, o distinto público presente é suscetível de já ter um conhecimento mais aprofundado deste assunto.

É fundamental sublinhar o paralelismo de muitas motivações das acções políticas das Cortes de Viena e do Rio. Os princípios fundamentais da integridade territorial, da soberania e da continuidade devem ser respeitados.

O Congresso de Viena consagrou esses princípios num quadro jurídico. Consequentemente, as repercussões das Guerras Napoleonicas foram sentidas em ambos os continentes, apesar de, do ponto de vista do Brasil, o evento ter sido visto como um acontecimento distante na Europa.

Além disso, houve também decisões mais concretas, como por exemplo a decisão sobre as fronteiras entre o Amapá e a Guiana Francesa. Este regulamento foi igualmente incluído na Ata Final de Viena, cujo original se encontra conservado nos Arquivos Estatais austríacos.

É imperativo contextualizar o referido conflito entre pátria e colónia, entre liberais e adeptos da legitimidade, entre Lisboa e Rio, no contexto político global mais amplo.

Com o aumento da independência de facto do Brasil, a cidade de Viena viu-se confrontada com a questão de como responder a este desenvolvimento.

É evidente que a adoção da nascente entidade brasileira no seio da esfera portuguesa foi um passo estratégico para Viena. No contexto dos desenvolvimentos políticos prevalecentes na época, o estabelecimento de uma monarquia representava um desvio da norma, particularmente em contraste com a ascensão de numerosos sistemas republicanos. A procura de uma ligação mais estreita através de laços dinásticos parecia ser uma progressão lógica nesta conjuntura histórica. Este facto é particularmente relevante, uma vez que D. Pedro era o herdeiro de um império que ligava o Velho e o Novo Mundo. A noiva escolhida, Maria Leopoldina, foi fundamental neste aspeto, servindo como figura unificadora que juntou estes vários elementos. É evidente que o papel foi desempenhado não apenas no sentido técnico, mas também em relação a outros aspectos. É compreensível a afirmação de que o sujeito desenvolveu uma profunda afeição pela nação e por sua população, tornando-se, assim, um fervoroso defensor do patriotismo brasileiro.

Após a sua chegada em 1817, uma importante expedição científica, composta por cientistas e estudiosos austríacos, chegou ao país, acelerando assim o estabelecimento de contatos e laços. O retorno de milhares de artefatos à Europa resultou num significativo aumento do interesse pelos assuntos brasileiros. O Brazilianum, um museu, foi fundamental para transmitir aos vienenses os benefícios potenciais do novo lar da arquiduquesa, incluindo a perspectiva de oportunidades de comércio e colonização. Leopoldina incentivou os colonos do estado de seu pai a se estabelecerem no Novo Mundo. O legado destes colonos, que perdura até hoje, inclui as aldeias austríacas do sul do Brasil e as contribuições culturais que fizeram para o carácter vibrante da nação.

Além disso, as artes também estavam representadas no Rio. Isso era evidente, pois a corte era de tamanho considerável e englobava todas as suas caraterísticas.

No entanto, é evidente que a expedição austríaca que trouxe Leopoldina para o Brasil foi o catalisador para a primeira apresentação do Don Giovanni de Mozart no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1821, marcando a primeira ocasião fora da Europa em que esta renomada ópera foi apresentada.

# 2. Leopoldina e independência

É evidente que existe um discurso considerável em torno de Leopoldina; na verdade, ela é um indivíduo com o qual a grande maioria dos cidadãos brasileiros está intimamente familiarizada. Há um consenso que considera sua postura e personalidade admiráveis. No entanto, é importante notar que ela possuía mais do que apenas as qualidades de uma princesa Habsburgo inteligente e calorosa que recebeu uma educação perfeita. Era uma mulher de Estado.

Na ausência do marido, D. Pedro, em setembro de 1822, presidiu ao Conselho de Estado. Juntamente com José Bonifácio, é autora de uma série de cartas que lhe são dirigidas e que defendem a independência de Portugal, na sequência das últimas acções dos portugueses. A conhecida frase "O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece" é frequentemente citada como o catalisador do "Grito de Iparanga" e da subsequente conquista da independência.

O delegado austríaco no Rio, Wenzel Mareschall, encontrava-se numa situação difícil. É evidente que o reconhecimento do título imperial de D. Pedro não era possível devido ao princípio fundamental da legitimidade que vigorava na altura. No entanto, transmitiu o melhor que pôde a posição positiva de Viena em relação ao Brasil. Em 23 de outubro de 1822, escreve a José Bonifácio, declarando-se disposto a tomar todas as medidas possíveis para demonstrar ao público que não havia divergência de opinião nem ressentimentos entre as duas cortes e que se tratava apenas de uma questão formal. Nesta fase inicial, foi argumentado que um acordo com Portugal serviria dois objectivos fundamentais: proporcionaria uma via pacifico para o reconhecimento e, por causa disso, seria no interesse do Brasil.

Imediatamente após a declaração de independência, os enviados brasileiros procuraram assegurar o reconhecimento da independência do novo Estado por parte das potências europeias.

O lado brasileiro esperava que esta posição Austríaca mudasse muito em breve.

Em 10 de novembro de 1822, José Bonifácio escreveu ao agente austríaco "Havendo Sua Majestade o Imperador estabelecido a nova bandeira e laco nacional, como cumpria a cathegoria a que fora elevado e a sua independência politica: tenho de assim o comunicar a Vossa Majestade. Remettendo-lhe os respectivos decretos para seu conhecimento, e do governo e nação austríaca com quem este Imperio se acha felismente ligado pelas mais estreitas relações."

Sabendo que a cor amarela deriva da origem Habsburgo de Leopoldina, que ainda estava presente nas cores nacionais do "país do futuro", Bonifácio poderia ter esperado que esta carta transmitindo as cores da nova nação ao pai de Leopoldina mudasse a situação. No entanto, as necessidades da política ditaram o contrário. Infelizmente, foram necessários mais três anos para que o reconhecimento pudesse finalmente acontecer.

Enquanto isso, na Europa, as potências se reuniam no Congresso de Verona, de outubro a dezembro de 1822. O Brasil procurou iniciar uma discussão sobre a questão da sua independência na conferência. Metternich, o Chanceler do Estado Austríaco, que era pessoalmente a favor do reconhecimento, defendeu a aceitação do enviado brasileiro, Manoel Pessoa. No entanto, pretendia discutir a questão das antigas colónias espanholas e do Brasil em conferências separadas, que não se realizou. Este facto deveu-se à falta de consenso entre as potências quanto à questão do apoio à Espanha numa Reconquista.

É evidente que o estabelecimento de um quadro político para a resolução de litígios entre Lisboa e o Rio, tal como delineado pelo Congresso de Viena, representou uma conquista significativa para Viena.

A perspectiva de o Brasil alcançar a independência como monarquia era vista como um triunfo para a estratégia diplomática de Metternich, e qualquer forma de apoio à causa brasileira era considerada racional e justificável. Além disso, ele e o seu ministro no Rio de Janeiro consideravam-se contribuintes significativos para este desenvolvimento.

O momento da proclamação da Doutrina Monroe em 1823 é importante. Os Estados Unidos assistiram a uma reação aos desenvolvimentos republicanos na Europa e no hemisfério ocidental, procurando restringir a influência das antigas potências coloniais. Esta atitude foi motivada pelo o desejo Espanhol de recuperar a soberania sobre as suas antigas colónias e de impedir a influência dessas potências nos seus sistemas políticos.

A burocracia austríaca reconheceu os sinais dos tempos mais claramente do que seria de esperar. Friedrich Gentz, um dos mais importantes conselheiros de Metternich, fez um comentário quase visionário após a publicação da Doutrina Monroe em 1823:

Para ele, a divisão entre o velho e o novo mundo é irreversível. Estipula que as potências devem deixar de pensar em planos de reconquista das colónias ultramarinas e tentar convencer a Espanha e Portugal a renunciar aos seus direitos ultramarinos.

Foi exatamente isso que a Áustria fez desde a declaração de independência até ao reconhecimento. Ofereceu bons serviços para ajudar a encontrar a solução mais pacífica possível, assegurando um futuro próspero para ambas as partes.

Sem coordenar ativamente estes esforços, Leopoldina, com as suas famosas palavras sobre a maçã madura, e Gentz, com a sua avaliação rigorosa da política global, encarnaram a mesma abordagem de Metternich e Mareschall.

Esta visão prospetiva do potencial do Brasil e dos interesses da Europa Central abriu caminho para o reconhecimento. É interessante como esse processo foi coerente ao longo desses três anos até o final de 1825.

# 3. O interesse austríaco na via do reconhecimento

O reconhecimento era do interesse inerente da Áustria, logo que os divergências entre Lisboa e o Rio de Janeiro fossem resolvidos. Metternich, a figura central, estava numa posição semelhante em relação à questão da independência grega, que também estava na ordem do dia na Europa nessa altura. O reconhecimento da Grécia demorou ainda mais tempo devido à guerra de independência, que durou muitos anos ano e que Viena lamentou devido às muitas baixas e atrocidades de ambos os lados.

No caso brasileiro, a separação no quadro de um acordo monárquico no seio da família dirigente teve duas consequências. Em primeiro lugar, preservou a integridade territorial do país e, em segundo lugar, foi um conflito menos sangrento.

Ambas as consequências eram do interesse da corte vienense. Para Metternich, se o Brasil se tivesse desmoronado, o grande quadro do mapa mundial das ideologias ter-se-ia agravado.

No pouco tempo de que disponho, gostaria de destacar alguns marcos fundamentais no caminho do reconhecimento. Gostaria de reiterar que, apesar de a Áustria estar empenhada no princípio da legitimidade, esteve sempre aberta aos interesses, à independência e ao bem-estar do Brasil. A Áustria queria simplesmente garantir estes objetivos através de negociações e não de uma separação violenta.

O amor de Dona Leopoldina por sua nova terra certamente influenciou essa postura. Em suas conhecidas cartas ao pai, ela elogiava o país, seu povo e seu marido, mesmo em circunstâncias difíceis. Ela apresentava uma visão do Brasil como uma nação unificada que deveria ser preservada.

Em fevereiro de 1824, Mareschall enviou um dos seus muitos relatórios políticos detalhados sobre a situação ultramarina. Nele, lamentava a falta de independência dos ministros de Dom Pedro, bem como a apatia da população. A sua perspetiva era certamente única, e podia ser vista como proveniente de um ponto de vista brasileiro independente. No início de 1824, ele relatou que o governo central havia estabelecido com sucesso sua autoridade nos estados e províncias, embora depois de enfrentar desafios significativos. A população estava exausta e necessitava de descanso e paz.

As observações de Mareschall sobre o desejo da Áustria de uma resolução pacífica são dignas de nota. Ele identifica astutamente a inimizade prevalecente entre brasileiros e europeus como o desafio definidor da época. Se as hostilidades com a pátria continuassem, ele afirmava que esta última sofreria invariavelmente perdas em todas as frentes.

A combinação de reportagens políticas e laços dinásticos é evidente na mesma reportagem que descreve como o Rio celebrou o aniversário do Imperador Francisco I da Áustria em 1824 com salvas de artilharia e canhões navais.

Já ouvimos falar muito da Áustria no Brasil. Mas o que dizer do representante brasileiro em Viena nessa altura?

Relativamente aos agentes e representantes diplomáticos, surge um paralelo interessante. Telles da Silva serviu em Viena pelo Brasil antes e depois do reconhecimento. Observou durante muito tempo a política de poder europeia e, em especial, a posição da Europa Central. O sistema da Santa Aliança e a estrita observância do princípio da legitimidade faziam parte do seu quotidiano. Compreendia, naturalmente, os motivos desta posição. Os impérios e os países quase apagados do mapa querem manter a paz e a estabilidade. No seu relatório ao Rio de Janeiro, em 24 de setembro de 1824, afirma que a Rússia e as outras potências consideram que tudo o que se passou no Brasil é o resultado da ação de demagogos que dirigem secretamente os acontecimentos a partir dos bastidores. Em seguida, diferenciou claramente a Áustria das outras potências, declarando: "A Áustria, plenamente informada de tudo, não vê as coisas assim". Aqui, Telles retrata a Áustria como a nação europeia mais bem informada sobre a situação no Brasil. Isso complementa o trabalho de Mareschall, mas também demonstra claramente o interesse sincero da Áustria pelos assuntos brasileiros.

# A capacidade de desempenhar um papel na aceitação da independência, oferecendo serviços valiosos desde o início, demonstra uma combinação frutuosa de laços pessoais e emocionais com uma abordagem estratégica. A impressão de um esforço bem orquestrado é ainda reforçada pelo relato de Telles de que o jornal público supervisionado pelo governo austríaco "Observador Austríaco" publicou continuamente artigos a favor do Brasil.

# 4. Reconhecimento, relações e consequências

A 13 de dezembro de 1825, Telles da Silva entregou ao Chanceler Metternich a cópia da sua credencial que lhe conferia poderes de D. Pedro. No entanto, passaram-se mais alguns dias até que o reconhecimento fosse efetivamente realizado. A 29 de dezembro, Metternich escreveu numa apresentação para o seu soberano: "Chegou o momento de sugerir a Vossa Majestade o reconhecimento do Brasil como império independente e do príncipe D. Pedro d'Alcântara como imperador deste reino". Francisco seguiu o seu conselho. O Imperador escreveu: "Não há razão para não reconhecer o que o Rei de Portugal reconheceu, incluindo o título imperial que adoptou. Tratareis do necessário e apresentá-lo-eis a mim. Além disso, estou disposto a receber o Comandante Telles da Silva no dia 31 deste mês, às 11 horas, na minha residência". Isto constituiu um reconhecimento de facto a 29 de dezembro e, uma vez que foram enviadas notas verbais de reconhecimento aos representantes portugueses e outros a 30 de dezembro de 1825, constituiu um reconhecimento de jure do Brasil pela Áustria como o primeiro país do continente europeu. Em 31 de dezembro de 1825, Telles da Silva apresentou formalmente as suas credenciais ao imperador austríaco, estabelecendo assim relações diplomáticas plenas entre as duas nações. No dia seguinte, o ministro brasileiro compareceu à receção de Ano Novo do Corpo Diplomático na corte vienense.

A 4 de janeiro de 1826, Metternich escreve uma carta ao Mareschall, no Rio, enviando-lhe as suas credenciais para o Brasil.

Na sua carta a Mareschall, o chanceler austríaco reitera as relações especiais entre a Áustria e o Brasil, afirmando que, depois de o Tratado de Paz e Amizade entre Portugal e o Brasil ter sido ratificado por ambas as partes, Sua Majestade Apostolica não hesitou em reconhecer o Príncipe Dom Pedro como Imperador do Brasil. Mais uma vez, é evidente que o reconhecimento foi efectuado pela parte austríaca o mais rapidamente possível, dada a constituição política da Europa Central na altura. Escreveu ainda que estava convencido de que Mareschall iria "nesta qualidade seguir o interesse austríaco com o mesmo entusiasmo de antes e ganhar a confiança do ministério brasileiro através de um comportamento adequado aos laços de sangue e amizade entre as duas cortes".

A 23 de abril de 1826, Mareschall apresentou as suas credenciais ao Imperador D. Pedro, que manifestou a sua satisfação pelo facto de o agente austríaco continuar a sua estadia no Brasil na sua nova função diplomática oficial. Dom Pedro disse ainda que concordava plenamente com as opiniões e sugestões que Mareschall lhe havia transmitido de Metternich. Na mesma reunião, o Imperador do Brasil acolheu calorosamente a oferta austríaca de concluir um Tratado de Comércio e Navegação e, alguns dias depois, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil confirmou formalmente esta opinião positiva. Viena considera, portanto, que o papel de Mareschall foi muito bem-sucedido.

# Curiosamente a apresentação das credenciais ao Imperador Pedro ocorreu apenas só nove dias após a instalação do primeiro encarregado de negócios português no Rio de Janeiro. Também neste aspeto, a Áustria, representante da Europa Central, foi um dos primeiros países a estabelecer laços tão estreitos com o Brasil. Nessa altura, a Áustria era um dos únicos quatro países com representação ao mais alto nível.

# 5. Relações posteriores

No entanto, o comércio com o Brasil tornou-se um interesse estratégico fundamental para a Europa Central. Após a conclusão do tratado bilateral sobre comércio e navegação, o comércio bilateral aumentou rapidamente. Para além do Império Otomano, a Áustria possuía agora a maior frota mercante e militar do Mediterrâneo Oriental. Os navios austríacos viajavam frequentemente de Trieste e Rijeka, e mais tarde do porto da parte húngara do Império, através do Mediterrâneo até ao Rio de Janeiro. Estas embarcações permitiram uma maior aproximação do Novo Mundo à Europa, tanto a nível científico como económico.

Antes de 1918, nada menos que 24 consulados representavam o multiétnico Império Austro-Húngaro no Brasil.

Após a conclusão do Tratado de Comércio e Navegação, em 1827, foram abertos consulados no Rio e na Bahia no ano seguinte, com o Rio atuando como consulado geral. Em 1829, seguiram-se os consulados de Recife, Rio Grande do Sul, Santos e Porto Alegre. Dado que o comércio e a emigração para a América do Sul eram de grande importância para a Áustria, este facto enquadra-se mais uma vez no quadro geral.

Este ano, estamos a celebrar não só os 200 anos do início das nossas relações formais, mas também os 100 anos do seu restabelecimento após a Primeira Guerra Mundial.

Em maio de 1925, Anton Retschek apresentou as suas credenciais como ministro residente no Rio de Janeiro. Quando a Áustria foi anexada pela Alemanha, em 1938, ele foi obrigado a entregar a legação austríaca e seus arquivos aos alemães. No entanto, permaneceu no Brasil. Logo se tornou ativo nos círculos anti-nacional-socialistas, aderindo ao Movimento Austríaco Livre no Brasil e ao Comité de Proteção dos Interesses Austríacos no Brasil. Já em 1943, o Governo brasileiro confiou-lhe a proteção dos interesses austríacos no Brasil. O Brasil também reconheceu os bilhetes de identidade emitidos por este comité e aceitou antigos cônsules austríacos como representantes.

Por conseguinte, durante a guerra, estes países ajudaram a preservar o espírito austríaco, que estava a ser violentamente suprimido na Europa, e acolheram milhares de refugiados que tinham sido expulsos da sua pátria, a Áustria. A Áustria nunca esquecerá esta atitude. Muitos destes antigos refugiados e dos seus descendentes são agora novamente cidadãos austríacos.

O fim da Segunda Guerra Mundial resultou também na formação das Nações Unidas.

Este ano, a Áustria celebra mais um aniversário: Há setenta anos, foi assinado em Viena o Tratado do Estado Austríaco. Este tratado pôs termo a dez anos de ocupação, restabelecendo assim a plena soberania austríaca após a Segunda Guerra Mundial. No mesmo ano, a Áustria declarou a sua neutralidade, um estatuto que se mantém em vigor até hoje e que constitui uma parte importante da política externa e da autoimagem austríaca.

Há também uma ligação com o Brasil neste evento. Após anos de impasse entre os antigos aliados Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e França, devido à Guerra Fria, uma iniciativa brasileira na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1952, instou as potências a concluírem o Tratado do Estado Austríaco. O Brasil esperava ver restaurada uma Áustria livre e independente. O Brasil ajudou a superar o impasse e a concluir o Tratado de Estado em 1955, apoiando assim a admissão da Áustria nas Nações Unidas. Atualmente, a Áustria orgulha-se de acolher uma sede das Nações Unidas em Viena e candidatou-se a um lugar no Conselho de Segurança para o mandato de 2027/28.

# 6. Conclusão

Minhas Senhoras e meus Senhores, para concluir: Estou certo de que a apresentação de um quadro mais amplo e global do reconhecimento e do estabelecimento de relações diplomáticas plenas entre Viena, a Áustria e a Europa Central, há 200 anos, não esbateu, mas clarificou, os acontecimentos e as razões pelas quais nos podemos permitir celebrar hoje.

Há dois séculos, a Áustria prestou um apoio crucial ao Brasil em momentos cruciais do seu desenvolvimento histórico. No século XX, o Brasil retribuiu o apoio prestado à Áustria durante os seus períodos mais difíceis de ocupação estrangeira. A Áustria está extremamente grata por esta assistência e reconhece o carácter duradouro desta relação.

É evidente que os laços históricos que nos unem persistem até aos dias de hoje. Orgulho-me de celebrar esta amizade neste momento particular. Esta celebração tem dois objectivos. Em primeiro lugar, comemora uma data formal significativa na história bilateral dos nossos países. Em segundo lugar, reconhece a amizade centenária, profunda e permanente entre as nossas nações.